

O Turismo como Facilitador da melhor Integração entre Brasil, Bolívia, Peru e Chile – uma Abordagem Teórica

Tourism as a Means for Better Integrating Brazil, Bolivia, Peru and Chile: A Theoretical Approach

Luiz da Rosa Garcia Nettoⁱ
Universidade Federal do Mato Grosso
Mato Grosso, Brasil

Antônio José Teixeira Guerraⁱⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena Mirandola Garciaⁱⁱⁱ
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Mato Grosso do Sul, Brasil

Resumo: Este trabalho de pesquisa traz como foco uma perspectiva de melhor integração entre o Brasil, a Bolívia, o Peru e o Chile, sob a ótica do Turismo. O artigo apresenta, nesse sentido, fundamentação e análise dos dados, que se configuram como as principais potencialidades regionais. Atualmente, as condições adversas desse momento, vividas por cada país é muito diferenciada e, nesse sentido, o produto turístico passa a ser difícil de ser comercializado ao público, a não ser para poucos que se aventuram com muitos riscos. Sem o apoio e a presença forte do estado, com serviços que atendam de fato as necessidades locais, as relações serão sempre frágeis e sujeitas às situações das mais difíceis.

Palavras-chave: Turismo; Integração; Turismo de Fronteira.

Abstract: This work presents the role of tourism in promoting economic integration between Brazil, Bolivia, Peru and Chile. Data are presented and analyzed concerning regional potentialities. Currently the adverse conditions experienced in travel within each of these countries make it difficult to sell tourism products except to the more adventurous travelers willing to take risks. Without the presence of the State and support in the form of services which attend to local basic necessities tourism will remain fragile and subject to extremely difficult situations.

Keywords: Tourism; Integration; Border Tourism.

ⁱ Professor Doutor Depto. Geografia– ICHS/UFMT. luiznetto.ufmt@gmail.com

ⁱⁱ Professor Titular Depto. Geografia – IGEO/UFRJ. antoniotguerra@gmail.com

ⁱⁱⁱ Professora Doutora Depto. Geografia – CPTL/UFMS. patriciaaufmsgeografia@gmail.com

Introdução

Inúmeros são os argumentos em favor do fortalecimento da economia e da integração na América do Sul. Mas a cada passo surgem as barreiras em função, principalmente da diferença cada vez maior entre os níveis de desenvolvimento entre os países, as regiões em diferentes estágios de desenvolvimento, às vezes, dentro dos próprios países e, em razão das crises políticas e sociais, mesmo que se busque, como diz Wionczek (1969), um equilíbrio, ou *“um falso princípio de igualdades”*, entre os desiguais. Na realidade, podemos observar que ao longo da história os termos propostos e os fins pretendidos pelos que buscam a integração não têm nada de original, seguem ainda hoje os preceitos, tão criticados, dos colonizadores europeus do século XVIII.

O quadro que se apresenta, de *“uma calmia de ideias”*, nos parece que os preceitos teóricos sustentados pela escola neoclássica e dos seus discípulos são difíceis de ser aplicados (às situações existentes nas periferias do desenvolvimento) hoje. Isso ocorre porque estão em voga as chamadas verdades convencionais... *“deu certo lá, vai dar certo aqui”*. Assim, oferecem às regiões subdesenvolvidas uma série de soluções que levam a programas de integração, que não são levadas a sério! Isso se torna de alto risco para as regiões mais pobres, pois acaba fechando os caminhos para outros focos que poderiam ser a esperança de sair do estado de estagnação e dos problemas sociais. Wionczek (1969) chama atenção para alguns dos programas mais utilizados, que são dignos de nota: a teoria de que a essência da integração consiste na liberação do comércio regional (de acordo com a escola neoclássica, essa política pode ser muito danosa, pois haverá o fortalecimento da hegemonia das regiões naturalmente mais fortes. O foco do problema é que deve haver uma união aduaneira, desde que não cause prejuízos aos países envolvidos com relação à economia mundial (sentido dúbio, impossível de ser aplicado); deve haver liberdade para as forças de mercado (que mantêm as hegemonias); deve haver liberdade para as forças competitivas (risco de monopólios).

Como se pode ver, a influência das doutrinas neoclássicas se faz presentes fortemente, e tem trazido problemas de integração de toda espécie. E foram propostas que pouco ou quase nada contribuíram para o crescimento das regiões mais pobres. Nesse sentido, há de se pensar em parar de buscar soluções milagrosas, supervantajosas em prol de soluções que previnam um agravamento das condições existentes.

Sob a nossa ótica e dos preceitos que embasam a atividade econômica, indicam que o Turismo se enquadra numa melhor compreensão do processo de integração dos setores sociais e políticos, de infraestrutura e transporte. Nesse sentido, as propostas de estudo de uma rota turística internacional, que percorre quatro países como um facilitador de integração, justifica-se na medida em que o Turismo, de acordo com a OMT (2008), é uma das atividades econômicas que mais promove a melhoria da qualidade de vida, ao mesmo tempo em que concorre para a manutenção da qualidade ambiental e cultural.

O Turismo Sob a Ótica das Relações Internacionais

No contexto teórico e da realidade sobre as relações internacionais do Brasil, podemos dizer que estamos diante de um imenso território de discussões, ainda não

totalmente conhecido... e de pouco domínio. Confunde-se com a nossa história e com a nossa economia, num contexto meio de submissão, evidenciado explicitamente pelas noções, como coloca Almeida (1998), das *"Balanças do Poder"*, tema pouco ou quase nada estudado na geografia.

A ciência econômica sempre esteve classicamente voltada para as noções de equilíbrio dos fatores e de maximização dos recursos disponíveis, tendo raramente se ocupado das desigualdades que permeiam a vida real da sociedade onde *"sub-existe"*, ou das relações e/ou crises que provoca. Por ser dessa forma, é sempre motivo de críticas. Mas, da mesma forma, as relações internacionais, ainda que voltadas prioritariamente aos estudos dos conflitos e lutas de interesse entre os atores do sistema internacional, pouca atenção dá à estrutura hierárquica da ordem mundial, onde entram em confronto nações sempre desiguais em termos de recursos e poder. Assim, pode-se notar que os fenômenos de exploração e dominação econômica em escala internacional são hegemônicos e se repetem em todos os níveis internacionais, internos e regionais.

Essa perspectiva pode-se dizer, assimétrica, tem sido essencial no estudo das relações internacionais de um país muitas vezes caracterizado como *"dependente"*, como o Brasil, em relação aos países industrializados. O mesmo se repete com relação à Bolívia, por exemplo, em relação ao Brasil. A exploração pode-se dizer *"é praxe"*. A experiência histórica ensina que o processo de desenvolvimento econômico e social de um país depende, principalmente, dos momentos em que ele consegue abrir para si um cenário positivo perante os demais.

Diferente de tudo o que se estuda e se diga sobre relações internacionais referentes ao Brasil, sob o ponto de vista histórico-político, em processos institucionais de caráter jurídico-legal ou processos de longo e médio prazos de naturezas diversas, este não é atrasado em termos absolutos. Mesmo quando se fala da dependência econômica, sob o ponto de vista das relações internacionais, sempre foi considerado relativamente moderno, pois nossos negociadores e diplomatas têm conseguido sempre boas inserções.

Como as relações internacionais se dão basicamente entre nações desiguais, a perspectiva comparativa deve, portanto, estar presente em qualquer avaliação, mesmo que conduzida isoladamente. A questão da comparabilidade se prende, na verdade, à possibilidade de que se possa ser conduzida uma reflexão do tipo analógica sobre a posição e o estatuto político, particular, de um determinado país, no meio internacional. Interessante seria que se pudesse fazer uma observação sob a ótica sociológica e/ou sob a perspectiva histórica-econômica, mas não é isso que ocorre.

Esse *"sistema"* de tratamento das negociações, também conhecido como centro-periferia, foi construído sobre a teoria da *"deteriorização dos conceitos de intercâmbio"*, uma consequência do papel do progresso técnico, de sua difusão internacional e da distribuição muito desigual dos seus frutos e do impacto no aumento constante da produtividade. (PROCÓPIO, 2005).

A necessidade de se fazer essas *"considerações"* se dá porque resulta de um esforço de tornar melhor compreensíveis, aquilo que normalmente ou, isoladamente, não se destacaria. A adoção desse sistema leva a situações que tendem ao constrangimento.

O atraso da periferia é uma consequência dessa dinâmica do sistema, no qual se consolidou, cada vez mais, a hegemonia histórica do centro. Mas foi dessa *"condição"* que resultaram as estratégias adotadas de inserção internacional da política externa para

a América do Sul: impulsionar a transformação do sistema mundial; promover a industrialização e redefinir a política tarifária, utilizando a proteção para a indústria emergente; e impulsionar a integração sul-americana.

Como consequência direta, o desenvolvimento da periferia tem se dado com base, fundamentalmente, na oferta de produtos primários, de onde derivam as desigualdades! Principalmente entre produtores e exportadores desses bens primários.

Da mesma forma, contribuiu também o fato de que o progresso técnico, gerado no centro, não foi difundido de modo equânime. Apenas favoreceu o lucro de determinadas áreas, uma vez que estimulou e estimula demandas e a contínua inovação tecnológica. Deste modo, deu grande impulso à industrialização e à pesquisa, vinculadas ao desenvolvimento, de modo pontual, no contexto regional.

Mas mesmo que não sejamos tão *“desiguais”* historicamente, segundo Almeida (1998), um enfoque mais abrangente sobre as relações internacionais do Brasil requer um mínimo entendimento sobre os períodos históricos. Primeiro, podemos considerar a fase colonial. Nesta, não havia política externa. Não tinha soberania para exercer qualquer tipo de relação internacional. Havia, no máximo, relações exteriores, acompanhadas por Portugal que detinha o controle. Nesse contexto, a formação da nacionalidade brasileira sempre se colocou sob a dependência direta da ordem internacional, em um longo processo, com a constituição do nosso território por meio da delimitação das fronteiras, da estruturação da economia, da conformação do povo e da lenta emergência da consciência nacional autônoma, que só ocorreu no século XIX. E, segundo, o período *“independente”* começou pelo reconhecimento externo da nova condição (agora sem a Matriz) e pelo esforço de hegemonia no contexto regional. Assim, mostrou-se mais envolvido nas questões platinas e tratou da consolidação das nossas fronteiras. Colocou-se como principal parceiro sul-americano com os EUA e em atitude de concorrência, e mesmo de hostilidade, com a vizinha Argentina. Algumas questões importantes nessa fase ainda são a tomada de posição nas questões relativas à divisão internacional do trabalho; os debates sobre tratados de comércio, amizade e navegação e sobre as políticas de caráter protecionista, que os países adotam numa tentativa de redefinir o padrão para se posicionarem perante a economia internacional. Nessa fase, ainda, discutia-se os problemas de mão de obra (tráfico, trabalho escravo e imigração), dos investimentos e capitais estrangeiros. Todos esses temas são ainda recentes e discutidos até hoje.

A cultura, como se diz, da consciência do atraso econômico e social do Brasil, em face aos seus parceiros externos, permeia o imaginário coletivo da nação inteira. Um modo de ver que nos foi passado e esteve presente ao longo do tempo, desde as primeiras negociações internacionais. Mesmo como nação independente, as situações de constrangimento ocorrem, seja pelas manifestações de desprezo, seja pelas de hostilidade, provocadas pela potências hegemônicas, como a Inglaterra, na questão da abolição do tráfico de escravos, por exemplo. E pelas demonstrações de indiferença, mais recentemente em episódios na Liga das Nações; ou na pretensão à cadeira no Conselho de Segurança no pós-guerra.

Essa necessidade de estar presente entre as potências militarmente fortes, foi substituída na era Vargas pela busca, até certo ponto desesperada, do tão proclamado desenvolvimento. E este foi um motivo tão forte, que foi assumido pelas elites dirigentes, como foco principal dos seus governos, tornando-se um verdadeiro *“slogan”* para a diplomacia

brasileira a partir dos anos 50, mas que, ao longo dos anos, converteu-se numa diplomacia do desenvolvimento. Mesmo que tenha enfrentado alguns problemas de ordem regional, numa rivalidade com a Argentina ou político-ideológica com a guerrilha de orientação castrista, sem exceção, todas as grandes questões políticas internas do país foram também questões de política externa: industrialização, capital estrangeiro, política energética, modernização tecnológica, entre outras. Questões que figuram ainda hoje como foco, centro das relações internacionais do Brasil. A estes se podem acrescentar a preocupação permanente de se ter uma política de integração regional, o fortalecimento do Mercado Comum Sul-Americano, talvez o foco mais importante na atualidade.

Com relação ao Mercosul, Wionczek (1969) defendia que a doutrina da integração elevava ao plano multinacional a tese de que “sem industrialização não há desenvolvimento”. Onde o crescimento constante de uma economia subdesenvolvida depende do grau em que possa ser “ativado um processo de substituição das importações pela produção doméstica e que a capacidade de importação do país cubra a aquisição de um volume ‘ótimo’ de bens de capital e tecnologia”.

Para o futuro, Almeida (1998) observava que o estudo das relações internacionais de países como o Brasil teria de rever e trabalhar durante certo tempo a noção do conceito de “Estado Periférico” e de “potência média”. Só assim poderá mudar o padrão de relacionamento com os principais atores internacionais. Mudando de postura e com uma exigência de reconhecimento do real “peso” das nações periféricas na estrutura do poder mundial. E construir uma agenda diplomática adequada à real importância do que representam as nações periféricas, tendo, nesse contexto, o Brasil no cenário mundial.

Tomassini in Procópio (2005) observava que a evolução dos países ricos e pobres é resultado do mesmo processo que “produz desenvolvimento no centro e subdesenvolvimento na periferia. Que a condição de país subdesenvolvido é consequência dos efeitos do capitalismo em nível global”. Esse contexto já foi muito discutido por um conjunto de intelectuais brasileiros bem conhecidos como Fernando Henrique Cardoso, Hélio Jaguaribe e Osvaldo Sunkel, sob o enfoque do que chamaram Teoria da Dependência. Uma das maiores contribuições desse grupo sobre o assunto foi a aplicação do modelo centro-periferia ao estudo do comportamento dos corredores de comércio, desenvolvido por Aldo Ferrer, onde ele destaca o papel exercido pela periferia no desenvolvimento dos países mais desenvolvidos. Analisou como funciona o corredor comercial entre o centro e a periferia e seu comportamento em três ciclos históricos, que representam a evolução do comércio internacional, sintetizados nas propostas sobre a nova ordem econômica mundial. O funcionamento segue: 1) o comércio de produtos primários entre países desenvolvidos; 2) o intercâmbio desigual entre manufaturados e matérias-primas e, por último, 3) o intercâmbio de manufaturas entre os países desenvolvidos.

O Turismo e a Geografia

A afinidade entre o turismo e a geografia é fato! Tanto uma como a outra, tem como objeto de estudos o espaço e a sociedade. A seguir, apresentamos alguns conceitos geográficos que possuem uma relação direta com a temática desta pesquisa. Neste sentido,

foi preciso fortalecer o entendimento sobre fronteiras e limites, termos que apresentam interfaces com o estudo em questão.

A primeira obra sistematizada sobre o assunto pode ser atribuída a Estrabão, e é composta por XVII livros, onde apenas nos II (dois) primeiros ele discute aspectos teóricos (como o traçado dos mapas e os métodos topográficos). Assim como a Hipócrates, por ter estabelecido a relação entre as características do meio geográfico e a dimensão fisiológica dos povos. Mas foi com Alexander Von Humboldt e Karl Ritter que a geografia surgiu como objeto de discussão e virou ciência, no início do século XIX.

O Espaço

Para Santos (1997), a ideia central da interpretação da produção do espaço situa-se na combinação simultânea entre a forma, a estrutura, a função e os movimentos sociais modificando as relações entre os componentes da sociedade, alterando processos e incitando funções. Sugere que o espaço geográfico se constitui:

[...] um sistema de objetos e um sistema de ações que (...) é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de ações, não considerado isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. No começo eram as naturezas selvagens, formadas por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e depois cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 1997).

Território

Por muito tempo entendia-se que territórios eram os espaços físicos dos Estados Nacionais. Mas é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, esse o ator “territorializa” o espaço (RAFESTTIN, 1993).

Entretanto, em alguns casos ainda são tratados como antigamente, como por exemplo, quando mencionamos o território brasileiro estamos nos referindo ao Estado-nação Brasil. Contudo, atualmente é comum nos reportarmos ao território de uma empresa, de uma área indígena ou mesmo ao território em que se encontram determinados recursos estratégicos. Estas dimensões foram bem apresentadas por Haesbaert (2005), num plano conceitual que trata sobre a categoria território: a dimensão, jurídico-política, cultural e a econômica.

O Território, o Estado-Nação e Outros Atores

Por um longo período da história, como foi observado antes, falar de território era fazer referência direta aos Estados Nacionais, frutos da unificação de nações em crise, ainda na época medieval.

À época da formação do território, a sua administração tinha por funções: a) organizar a unificação da dinâmica territorial; b) exercer funções sociais diversas; c) estabelecer o consenso coletivo; d) reprimir, dominar e satisfazer as atividades e as necessidades coletivas, bem como e) ser instrumento de adequação entre a capacidade de organização racional do Estado e a sociedade civil. Também possui funções sociais diversas com reprodução do território e de sua coesão como Estado Nacional, apesar de seus campos de força antagonicos (ALLIÈS, 1980).

Com efeito, Estado-nação significou apropriação exclusiva de um território onde materializar o processo de integração social, ligado à hegemonia do capital e da burguesia como classe dominante (parte imprescindível da formação territorial). Para o autor, nem a língua, nem a cultura, nem qualquer outro tipo de determinação social “*identificantes*” são imprescindíveis para que um órgão estatal possa incorporar sua soberania excludente, a não ser pela centralização do poder. A questão do território estatal tratada aqui, tem dois fatores constituintes fundamentais: 1) legitimação e formação ideológico-cultural nacional; e 2) a representação subjetiva da materialidade diferenciada de cada território com autonomia estatal soberana, ambos culminando com discurso legítimo sobre o território.

Caso consideremos, hoje, somente o Estado como capaz de se territorializar, desabilitamo-nos a pensar sobre um mundo multifacetado com diversas formas de territorialidades, sejam as microterritorialidades, reduzidas à escala da vivência, a de corporações internacionais ou outras formas de apropriação. Este espaço apropriado e influenciado é justamente o território. Souza (1995) aponta que:

Territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

Como já mencionado, até parte do século passado, o espaço geográfico era produto da ação de poder centralizado no Estado-Nação. A partir de então esta convergência de poderes passa a perder força, difunde-se e atinge as organizações supranacionais, personificadas acima de tudo nas multinacionais, com um campo normativo que legitima a multiplicidade de atuações dessas empresas por todos os cantos do planeta. (BECKER, 1983).

Com isso, o estudo e as decisões do espaço geográfico passam de uma visão/utilização unidimensional, do poder concentrado no Estado, à multidimensionalidade (BECKER, 1983). Para Rafesttin (1993), esta última correspondendo a diversos atores produzindo o espaço e de forma constante, (re)estruturando o território por meio da prática de poderes, políticas e programas estratégicos, além de gestão territorial (RUCKERT, 2004).

Para Ueda (2005), é evidente e notório que muitas das mudanças complexas na sociedade mundial foram proporcionadas pelo incremento de novas tecnologias. Dentro deste contexto, estão as novas infraestruturas de transportes e telecomunicações, principalmente, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e da sociedade do conhecimento.

Com efeito, em virtude de tudo que até aqui foi exposto, da utilização de território e da concepção de Estado enquanto sinônimos, território está relacionado, conforme bem menciona Heidrich (2009), à apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação.¹

Como um espaço apropriado pelas relações de poder torna-se uma arena de conflitos em áreas delimitadas onde estão os agentes de gestão territorial na figura dos controladores do poder, cuja primazia é a busca de desenvolvimento, ou mesmo e pelo menos do crescimento de seu tecido produtivo. As empresas, sobretudo as grandes corporações, bem como o próprio Estado, com seu campo normativo legitimador, podem ser considerados, neste caso os controladores do poder. Nesta lógica globalizante, são poucos os habitantes locais, de qualquer território, que têm participado das decisões importantes que vão lhes permear e influenciar, talvez, pelo resto de suas vidas (RAFFESTIN, 1993).

É justamente neste cenário que Badie (2001) trata dos territórios, daquele modo rígido de antigamente. O território perde a sua importância à medida que as autoridades políticas percebem que perdem o controle sobre os consumidores, que vivem no interior das fronteiras do Estado de que estão encarregadas. Acrescente-se que a produção responde, por sua vez, a uma lógica de dispersão cada vez mais pronunciada. É fundamental notar que existe cada vez menos dependência do solo e do subsolo, tendo em vista que a riqueza crescentemente está ligada à mobilidade, às trocas e à inovação tecnológica.

Se considerarmos, segundo Bernal-Meza (apud PROCÓPIO, 2005), que a dimensão essencial das relações entre os países, principalmente os menos industrializados, é o desenvolvimento econômico, qualquer abordagem, nesse contexto, deve passar por uma análise das estratégias de desenvolvimento e de inserção internacional. Desse modo, a evolução da “reflexão latino-americana sobre o pensamento ou a teoria das relações internacionais, deve ter como critério ordenador e seletivo, sempre, a relação entre os fundamentos da política, de sua prática específica e do desenvolvimento econômico”, pois o subdesenvolvimento sempre foi uma questão relevante e discriminatória na América Latina.

Com relação ao exposto, cabe dizer que o turismo, pela natureza da atividade, que agrega e compõe com, praticamente, todas as demais instâncias da economia e tem por base em seu planejamento a decisão da base local e a participação desta como critério, tem muito espaço para êxito e alcance daquilo que se pretende desenvolver a partir do planejamento. Com envolvimento do estado e da iniciativa privada, sempre!

Enfim, a integração Sul-Americana em muito lembra aqueles ideais que para se tornarem realidade necessitam de algo bem mais do que a descoberta e descrição de fatores que possibilitam ou não a sua viabilização. As diferenças presentes entre os inúmeros espaços (e não estamos nos referindo ao espaço físico, mas sim aos espaços culturais) é tão grande que para descobrir a “*chave-mestra*” de abertura das fronteiras é inevitável compreender e tornar claro essa questão. Enquanto isso, se passa pelos constrangimentos do tipo mostrado na figura 1, de falso controle.

Segundo Souza (2001), “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quartelirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”.



Figura 1: Mostra a operação de fiscalização brasileira – controle de retorno ao Brasil -, região conhecida como Corixa/MT/Br. O controle se dá mais sobre os produtos não industrializados e sobre as cotas das compras. Um falso controle na medida em que o local não é adequado, nem os militares envolvidos na operação não tem qualquer preparo para o serviço e, não exista um destino certo para os produtos e objetos apreendidos. Fotos: Vilson de Jesus, 2010.

A Fronteira

A fronteira foi uma inovação que apareceu na Europa, no século XIII, quando seis nobres ingleses e seis escoceses, reunidos em comissão, tentaram estabelecer os limites entre os seus reinos (ano de 1222). Mas a comissão não chegou a um entendimento, tamanha as discordâncias sobre os pontos em litígio (MATTOS, 1975).

Com efeito, os estados primitivos não procuravam contatos com seus vizinhos. Não havia, portanto, contiguidade, nem pressões fronteiriças. Predominava as fronteiras-zonas, espaço geográfico impreciso e incerto percorrido, às vezes, por caravanas.

Os estados antigos e medievais preferiam, por motivos vários, segregar suas populações de qualquer contato com o exterior. Daí preferirem as fronteiras de difícil transposição – rios caudalosos, cadeias montanhosas, vazios anecúmenos.

Ao crescerem os interesses de ocupação do solo, foram se tornando mais precisas às lindes e começaram a esboçar, dessa forma, linhas bem mais precisas. Para Moddie (1965), elas são zonas ou faixas de território conforme demonstra a expressão “*Fímbrias do Colonizador*”.

Haushofer, um dos primeiros a escrever sobre Geopolítica, Teorias do Poder, citado por Mattos (1975), fiel às teorias nazistas, classificou as fronteiras da seguinte forma: Fronteira de ataque, manobra, equilíbrio, defesa, decadência, apatia.

Conforme Mattos (1975), podemos afirmar que as fronteiras definem a distribuição de áreas políticas e refletem, na medida de “*espaço é poder*”, as relações de poder entre os estados. Moddie (1965) ressalta que o estudo das fronteiras é tido como importante ramo da geopolítica.

A demarcação de fronteira ocupa o primeiro lugar quando se trata de estabelecer os tratados de paz ou de convivência pacífica entre estados. Quando “*vivas*”, estão submetidas à pressão do estado mais poderoso.

A pressão é sempre real e se faz sentir pela expansão cultural ou econômica tendente a levar para o lado oposto a influência do lado mais forte. Nos períodos de tensão, essa pressão pode vir a assumir o caráter militar.

Escreve o geógrafo Otto Maul, citado por Mattos (1975), que as finalidades principais da fronteira e sua respectiva faixa são: distinguir o meu do teu; proteger o território nacional; isolá-lo, quando necessário, e facilitar-lhe o intercâmbio quando conveniente. Durante muito tempo, isolar foi a função precípua das fronteiras.

Em meio às mudanças provocadas, em grande escala, pela globalização dos mercados, a relação que o local estabelece com o global é redefinida, sendo que as áreas de fronteira possuem um papel particular nestas interações.

Um dos enfoques deste trabalho é tratar as fronteiras como espaços que possibilitam a continuidade dos destinos turísticos que compõem a proposta de Rota. A fronteira, neste caso, deve ser vista como um passo e um espaço integrado entre dois territórios distintos, e que, no entanto, integram-se para possibilitar o desenvolvimento de ambas as partes.

Ao ser pautado, conforme Courlet (1996), “como margem de manobra para integração transfronteiriça, a definição e importância das áreas de fronteira passam por metamorfoses”. Cabe, portanto, avaliar algumas destas alterações de tal categoria de análise, bem como quais as medidas dos gestores público/privados no sentido de valorizar os espaços transfronteiriços.

Para se falar de fronteira é necessário recorrermos à definição de limite, pois a última está intimamente relacionada com a primeira. Etimologicamente, a palavra limite, de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna.

Aponta Golin (2004) “sendo sua definição, utilizada como linha divisória entre Estados limítrofes, com o intuito de separar”. Essas linhas divisórias teriam de ser bem definidas, posto que, caso isso não ocorresse, “o sistema de Estado ficaria reduzido ao caos, pois seria impossível saber-se onde terminaria a soberania de um Estado e onde começaria a de outro”, diz Moddie (1965), e, com isso, seria difícil seu objetivo (limite), que é assinalar, de maneira inquestionável, o recorte espacial no qual determinado estado-nação exerce sua força soberana.

Assim, ao surgirem, os modernos estados já herdaram um espaço interior compartimentado, porquanto preexistia nos territórios nacionais uma divisão espacial do trabalho e uma divisão política do território. Com o desenvolvimento do capitalismo a divisão do mundo em territórios nacionais se sedimenta e é com base nessa estrutura que as sociedades politicamente se enquadram. Nesse quadro as fronteiras têm o papel de limites demarcadores dos distintos projetos sociopolíticos. Atualmente, em face à globalização, a compartimentação do espaço mundial revela duas facetas contraditórias e solidárias. Por um lado, as fronteiras devem delimitar com clareza o território nacional que consagra à sociedade que nele vive seu abrigo, este é o princípio da soberania internacional, mas por outro lado a economia transnacionalizada opera fluxos financeiros e normativos que atravessam as fronteiras, promovem um “*enfraquecimento*” de suas funções destinadas à proteção; a revolução nos transportes e nas comunicações, que facilita os acessos das pessoas e ilustram esse processo; possibilitam a unificação técnica do planeta, mas, paradoxalmente, desde o seu surgimento, esse fato político-geográfico testemunha sua maior compartimentação. Nessa era da velocidade, de encurtamento das distâncias, os

territórios nacionais padecem em distintos graus das influências de um mundo que efetivamente se globaliza. Mas é a partir deles que se efetivam as relações “interestatais”; é na sua estrutura que se fundam quadros legais de legitimação do território, do poder e do reconhecimento das soberanias.

O Limite

A tendência atual de relaxamento tanto das barreiras fiscais impostas ao comércio internacional como do controle sobre o fluxo de pessoas (Figura 1), sobretudo nos países engajados na formação de blocos econômicos regionais, está provocando uma valorização crescente da cooperação transfronteiriça como forma de adaptação dos atores nacionais e subnacionais à transnacionalização da economia, diz Ribeiro (2002). Para muitos países já não importam tanto os efeitos da existência dos limites internacionais, mas os efeitos da remoção desses limites ou pelo menos de reduzir as descontinuidades que estes representaram por muito tempo para a vida econômica e social, para a circulação de ideias, mercadorias e serviços (HOUSE, 1980 apud STEIMAN e MACHADO, 2002).

Com relação ao limite, este pode ser definido a partir dos seguintes critérios: a) em uma margem, nesse caso o domínio dos rios cabe apenas a um dos estados; b) contíguos este critério, que já foi usual está se tornando cada vez mais raro; c) pela linha de talvegue.²

A escolha da linha de talvegue tem trazido inconvenientes vários, entre os quais citaremos: a determinação da linha mais profunda, ou do canal mais profundo, em alguns trechos em que há mais de um canal, torna-se extremamente difícil; por outro lado, há que se considerar a instabilidade desse canal mais profundo em face da acumulação de sedimentos no fundo dos leitos. Para evidenciar esses inconvenientes, os tratadistas costumam aconselhar que se inclua nos tratados a cláusula de imutabilidade da linha de fronteira após a sua demarcação pelo talvegue, reconhecida na época da sua assinatura; o “*limite pela linha média*”, o lugar matemático dos pontos equidistantes das margens. Esta linha é muitas vezes preferida por ser mais sensível ao interesse dos dois estados; é mais visível do que o talvegue e divide a massa líquida ao meio. Favorece o condomínio da navegação, mas traz também inconvenientes tais como: a alteração das margens por força da erosão, alterando-se a linha média; a “*divagação*” dos rios de planície que muitas vezes mudam o seu leito (MATTOS, 1975).

No Brasil, as fronteiras são áreas geoestratégicas pouco conhecidas pela população, modo geral, é o território que margeia o seu limite continental, sendo este um dos motivos para ter sido feita uma nova proposta de desenvolvimento da faixa de fronteira brasileira. As regiões de fronteira são problemáticas para os setores do governo que trabalham com segurança do território. Trabalho executado pelo Exército Brasileiro e a Polícia Federal. Uma forma de tratar os fluxos de bens, capitais, pessoas e ideias que caracterizaram esses espaços, e sua paisagem peculiar é estudando a “*zona de fronteira*”.

Zona de Fronteira

A zona de fronteira é composta por “*faixas territoriais*” de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, criam um “*lócus*”

próprio de fronteira, somente perceptível na escala local/regional de suas interações transfronteiriças, chamadas de cidades-gêmeas, conforme Brasil (2005), que mais adiante acrescenta dizendo que:

Para estimular o desenvolvimento das cidades-gêmeas, de modo a fortalecer seu papel como elemento estruturador dos espaços sub-regionais propõe-se, conforme a proposta para o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), que elas se tornem áreas com regime especial de tributação e aplicação especial de leis trabalhistas, constituindo-se Zona de Integração Fronteiriça (ZIF), englobando as cidades-gêmeas e áreas adjacentes, sendo seu perímetro definido de acordo com suas especificidades geográficas e econômicas, bem como segundo seu potencial funcional (industrial, comercial, logístico, ou uma mescla deles) (BRASIL, 2005).

No eixo da proposta da Rota Pantanal-Pacífico existem alguns casos de cidades-gêmeas, como as cidades de Desaguadero, que está dividida pela fronteira entre a Bolívia e o Peru, e, tanto no lado boliviano quanto peruano, tem o mesmo nome e mantém as mesmas características. La Quiaca, na província de Salta, e Villazón, no Departamento de Potosí, também são cidades-gêmeas, divididas pela fronteira entre os dois países (CARVALHO, V. A., 2006 e CARVALHO, V. A.; GARCIA NETTO, L. R., 2007 a e b).

Para Ribeiro (2002), a multiplicação de zonas, faixas e pontos de fronteira está na origem de uma das questões mais debatidas na literatura, quais sejam como devem ser concebidos os sistemas de controle de fronteira face às mudanças e, por conseguinte, quais as funções que devem ser atribuídas aos aparelhos estatais responsáveis por esse controle.

De modo geral, a escassez de estudos sobre regiões de fronteira internacional pode ser explicada pela situação duplamente marginal que as tem caracterizado. Por um lado, grande parte dessas regiões está isolada dos centros nacionais de seus respectivos estados, quer pela ausência de redes de transporte e de comunicação, quer pelo peso político e econômico menor que possuem. Características da maioria das fronteiras dos países em questão, exceto pela fronteira chilena e peruana localizada no eixo da Rodovia Pan-Americana, entre as cidades de Tacna, no Peru, e Arica, no Chile; as demais estão longe dos grandes centros e não contam com assistência efetiva dos órgãos que as regem. Uma das mais isoladas socialmente é a fronteira Chile-Bolívia, na região de Tambo Queimado; e Brasil, entre Cáceres e San Ignacio de Velasco, referente à assistência pública no que diz respeito à segurança, ao saneamento, à comunicação, à saúde e a alguns casos de educação, por causa das longas distâncias dos centros administrativos.

Uma Breve Abordagem Sobre Logística

O produto turístico vale ser observado, “*é produzido no mesmo lugar onde é consumido*”, ou seja, a produção e o consumo acontecem ao mesmo tempo. Assim, há de se ter uma preocupação com a circulação de pessoas, os bens e serviços. Assim, o maior desafio consiste em atrair o consumidor para o centro de produção e induzi-lo a consumir o produto no decorrer do seu processo produtivo, de forma competente. Não sendo assim, a tendência de consolidação do produto será negativa. Há de se ter e/ou fazer um

esforço em vencer o tempo e a distância de movimentação eficaz e eficiente das pessoas e dos bens de consumo. A ideia é que turistas e mercadorias de consumo têm de estar nos lugares previstos nos tempos previstos, na condição ofertada com segurança e conforto, pelo menor custo.

Este é um dos problemas mais evidentes quando se pensa na consolidação do turismo, pois um sistema de logística competente exigirá um investimento muito alto (na construção mesmo, de itens de estrutura e infraestrutura) em alguns trechos e locais e um processo de integração com outros setores das economias locais, extremamente complexos, além de exigir discussões e negociações intergovernos (federais e locais), pois as desigualdades das condições locais disponíveis são extremas, trecho a trecho.

Karassawa (2003) observa que o turismo envolve atividades multidisciplinares, sendo difícil compreendê-lo, se for confinado a um único setor. Isso tem levado muitos autores e profissionais mais diretamente ligados à área, a tratarem em seus estudos e considerarem em suas iniciativas de empreendedorismo, apenas alguns aspectos, parciais e isolados, da realidade da atividade. Um desses aspectos é a logística, que pode ser definida como a componente do Sistema Turístico que atende a demanda criada pelo setor de “marketing”. Ou seja, uma vez constituído o produto turístico, a demanda tem de ser atendida por uma logística competente! Entende-se nesse caso por competente, atualmente, processos que compreendem o uso de sistemas de informações informatizadas, para criação e manutenção de bancos de dados sobre oferta, para reservas e compra de produtos, para gestão do transporte de turistas e suas bagagens, alojamentos e previsão dos deslocamentos intra e inter-receptivo.

As atividades atribuídas à logística no turismo compõem uma parcela essencial do produto turístico, seja na formação do custo final do produto ou na composição no tempo de permanência do turista. Nesse sentido, pode ser visto como um dos componentes mais importantes do produto a ser oferecido e mais exposto à percepção e à avaliação dos usuários. Neste contexto, envolve diretamente o turista, quando ocorrem problemas de conexão, atrasos, veículos inapropriados, problemas mecânicos etc.

Em turismo, pode ser adotada, pois a seguinte definição: ... “logística é o processo de planejamento, implementação e controle do fluxo de suprimento e distribuição de bens e do fluxo de informações, com eficiência e custo adequados, com objetivo de atender aos requisitos do cliente” (KARASSAWA, 2003).

A Geografia da Natureza: as Belezas Cênicas

O objetivo principal da temática relacionada às paisagens cênicas é o de apresentar os vários indicadores vinculados aos aspectos da geografia da natureza, que podem ser aproveitados com a atividade turística, além de enumerar os já existentes.

Na perspectiva da geografia, o lugar tem a conotação de nos apresentar as diferenças sobre o espaço geográfico que na visão humanizada nada mais é do que o produto das interações do homem com a natureza. Nesta abordagem é “praxe” trazer à tona a questão da paisagem, pois é ela que nos coloca, em primeira instância, a par do que seria o espaço geográfico. Nesse contexto, os conceitos de paisagem e espaço geográfico são de extrema importância para as questões relacionadas com as atividades do homem, em

especial com as propostas vinculadas ao turismo planejado. Na ausência de um conceito específico, pode confundir com a perspectiva de entendimento do que seja “geoturismo” e região turística.

Sendo assim, nos pautamos nos conceitos de paisagem propostos por autores como Tricart (1977), Santos (1988), Sauer (1998), Grigoryev (1968), Bertrand (1971) e Ross (2006) apresentam o conteúdo teórico necessário para a sustentação do entendimento que dinamiza cada lugar com as suas particularidades, fato um tanto interessante quando se trata de projetos para a referida atividade.

Considerações Finais

O contexto trabalhado nos leva a pensar sobre a importância e o cuidado que devemos ter como pesquisadores, com os tempos sociais locais! Como disse um dos entrevistados, “...não adianta o turista chegar lá na Bolívia ou na fronteira, em San Matias ou Puno, prá tentar mudar as práticas ilegais das autoridades”. O turista deve ir sabendo que lá vai encontrar um país pobre, com muitos problemas sociais, com muitos problemas relacionados à corrupção e deve estar preparado para “pagar o preço”, literalmente.

Então, o princípio da organização de uma aventura turística deve atentar para a documentação correta, exigida pelas aduanas de cada país. Deve atentar para as informações disponibilizadas pelos órgãos oficiais, para as rotinas e os serviços relacionados ao turismo locais. Interessante também consultar sites. É fácil encontrar experiências de quem já visitou esses locais. Mas é buscar informações mesmo!!! Com o máximo de informações atualizadas, o turista tende a reduzir a possibilidade do envolvimento em situações de constrangimento e transtornos durante sua viagem.

Retomando a questão dos tempos sociais, elencamos alguns itens que explicam, de certa forma, o que acontece nos países, que podem fazer parte do chamado momento político, que permite esse estado de coisas, mas que prejudica as atividades econômicas e, notadamente, nesse caso, o turismo e também as relações entre os países é claro (CARVALHO et al., 2006).

O “social-desenvolvimentismo”, modelo “adotado” pelos novos governos, às últimas eleições, sugere um estado como o grande controlador da economia, mas sem ser o único ator. Não briga pela estatização total, porém reserva para si alguns importantes setores estratégicos de propulsão não apenas do crescimento, ao incluir algumas necessidades de setores menos assistidos. Nesse sentido, o turismo não tem sido objeto de maior interesse pelos governos locais. Principalmente quando envolve a inclusão das regiões mais afastadas dos centros políticos e de poder.

Assim, são as regiões fronteiriças as que mais sofrem com o abandono e o desmando, mesmo que se promovam as atividades relacionadas ao turismo, como a atividade econômica que mais emprega e que mais promove a inclusão social, direta e indiretamente, e que seja a atividade que menos polui e a que mais evoca questões relacionadas à sustentabilidade dos locais onde se consolida a partir das potencialidades naturais e culturais.

Dentro dessa concepção do social-desenvolvimento, o governo sugere aos quatro ventos que conduz as suas políticas, dando condições de participação pela sociedade nas tomadas de decisão. Ocorre que a Bolívia, país pobre, carece de empreendedores,

carece de capital. “*Mas o capital externo vem para explorar*”, esse é o receio do capital externo, nesse caso o problema do ranço brasileiro! Pior, um capital que mal chega, ou pouco chega! Mas que aparece quando chega. E aí, gera as manifestações nacionalistas, e daí mesmo os investidores brasileiros, os mais próximos, têm receios de investir, por causa da instabilidade política, principalmente.

Parece-nos que na prática o governo da Bolívia adota, na nossa concepção, um modelo econômico não muito claro com relação ao desenvolvimento de políticas em prol do empreendedorismo privado com foco no turismo. Um modelo mais misto do que o que se promove, mesclado com um “nacional-desenvolvimentismo” tão defendido entre os anos 30 e 80, que direcionava suas políticas, para os componentes mais produtivos da sociedade. Onde “*utilizava-se*” a diplomacia para dimensionar, não para impor a prevalência de um regime político ou de preferências econômicas. Embora, neste caso, com mais nacionalismo do que desenvolvimento. O governo de Evo Morales é diferenciado para as regiões Norte e Sul do país. Há de se imaginar, como será na prática a negociação entre os vizinhos!

Na realidade, a região sul de Santa Cruz de La Sierra se sente discriminada com o governo central, conforme podemos registrar. Já houve sentimento bem mais intenso, inclusive um forte movimento separatista, agora amenizado pelas negociações. Mas o sentimento ainda permanece.

E por que o foco na Bolívia? Porque, sob o enfoque do turismo, mais de cinquenta por cento do patrimônio turístico na região em estudo está em território boliviano! Porque entre os países estudados é a Bolívia que faz fronteira com o Brasil e com quem temos mais facilidades e, por outro lado, muitos problemas também! (GARCIA NETTO, 2007).

Assim, constitui-se um desafio um tanto quanto maior, porquanto que poderia conceber, ou melhor, conceder à população sul-americana a oportunidade de buscar e se ajustar a programas que efetivamente mudassem o seu perfil socioeconômico. Mas não é o que se pode visualizar para um futuro próximo.

Em fevereiro de 2005, o presidente Lula solicitou ao seu corpo diplomático uma postura mais “agressiva” de apoio aos novos governos democráticos, principalmente com seus vizinhos. Posicionamentos que conjugassem mais brios e deferências nas negociações (multilaterais ou bilaterais), em especial com os países do 3º mundo, irmãos pela desigualdade social e extrema ausência de perspectivas reais de mudanças no seu quadro socioeconômico.

Esse posicionamento brasileiro mereceu destaque por evocar medidas de solidariedade, tão pouco praticadas entre esses países e mesmo entre as grandes potências. Mas foi uma iniciativa que pouco ou em nada influenciou os países a se articular dentro do Mercosul. A questão sugeria iniciativas de gestões coletivas em assuntos como dívida externa, como já ocorre de modo pouco efetivo nos setores comerciais, com articulações que levam a que as negociações na área de livre comércio das Américas sejam realizadas no âmbito do Bloco. Mesmo com essas deferências, têm acontecido episódios que entram a tentativa de quebra de novos paradigmas. Situação que se pode dizer mais que “esdrúxula” foi a ausência de uma política comum sul-americana quando da negociação da dívida da Argentina. Não houve qualquer solidariedade por parte do Brasil ou dos outros governos nessas negociações. Assim, o Brasil se desgasta politicamente e reduz a possibilidade de ser aceito como possível líder continental diante da comunidade internacional, como pretende.

Mais uma vez aí se pode observar o efeito “tempo social”; o Brasil ainda se recente de situações que aconteceram no passado, de enfrentamentos com a Argentina. Por outro lado, a diplomacia brasileira é tremendamente condescendente nas relações com a Bolívia. Sempre ouvindo e articulando com amplas negociações e geralmente cedendo em prol do vizinho. Como superar essas crises? Em nível diplomático as coisas se complicam sempre quando há dois pesos e duas medidas, quando se discute relações de poder!

No que tange ao amadurecimento das relações entre os países, com o fortalecimento do turismo, como atividade econômica forte, entendemos que é possível. Não se pode prescindir da atuação dos governos. Entre outras, nesse sentido, são funções do governo, como sugerem alguns autores, com os quais concordamos, a formulação de políticas e a aprovação da sua estratégia de desenvolvimento; a manutenção de um fórum consultivo para a coordenação dessas políticas, dentro do governo e entre o setor público e privado; promover a moralização fiscal, criar incentivos e assistência financeira à consolidação do turismo; apoiar política e financeiramente o provimento de infraestrutura; atentar, às condições favoráveis para o crescimento do setor privado e de pequenas empresas na economia; manter atualizados dados estatísticos, informações econômicas, dentre outras informações técnicas para o suporte e o gerenciamento efetivo dos recursos turísticos nacional por parte do setor público e privado; e promover os destinos nacionais, apoiando as autoridades regionais ou locais.

Mas a atividade por si só não se basta. Mesmo que se torne, como tem sido em alguns casos, a base das economias em algumas regiões, sem o apoio e a presença forte do estado e do setor privado com investimentos e serviços que atendam de fato as necessidades locais, as relações serão sempre frágeis e sujeitas às situações como as que levantamos na região de San Matias/Cáceres, onde há dificuldade de se transitar porque as autoridades bolivianas entendem que estão dando o troco às ações de controle brasileiro. Quando a realidade é outra, como vimos.

Mais que entender a função das fronteiras e de seus limites como proposta de ordenamento socioespacial, a proposta de consolidação de uma atividade (econômica) turística, pode contribuir para atenuar as distâncias entre as nações sul-americanas, especialmente a dos países envolvidos na pesquisa com a aplicação das possíveis alternativas nas propostas de integração transfronteiriça por meio de roteiros turísticos integrados, pois quanto mais isolada se torna uma nação, em razão da aplicação de suas leis e limites geográficos, mais empobrecidos se torna a população. O isolamento tende ao enfraquecimento e à desvalorização humana e social. Romper com as barreiras criadas pelas fronteiras ao ultrapassarem seus limites e funções geográficas é o grande desafio para a América do Sul.

Referências Bibliográficas

ALLIÈS, P. *L'invention du territoire*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1980.

ALMEIDA, P. R. *Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos a globalização*. Porto Alegre: UFRGS. 1998.

BADIE, B. *O fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito*. Instituto Piaget, p. 89, 2001.

BECKER, B. K. *Sigificancia contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia. 1983. <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37776.pdf>. Acesso: jan. 2011.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. Caderno de Ciências da Terra, 13. São Paulo: IGEO/USP, 1971.

BRASIL. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/publicacoes>>. Acesso: fev. 2010.

CARVALHO, V. A.; GARCIA NETTO, L. R. El turismo y la cultura integrando a los pueblos sur americanos – um estudio de caso: la ruta “Pantanal-Pacífico”. In: XI Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade Nacional da Colômbia – Bogotá D.C. Colômbia. 2007a. [cd-multimídia.]

CARVALHO, V.; GARCIA NETTO, L. R. Os destinos turísticos do centro sul americano: instrumentos que transfronteirizam a integração: um exemplo aplicado à rota Pantanal Pacífico. In: VIII Congresso Nacional de Geografia e 1º Internacional de Geografia – Carlos Nicholson Fefferson “GEOGRAFÍA, GLOBALIZACIÓN Y DESARROLLO SOSTENIBLE” – Arequipa – Peru. 2007b. [cd-multimídia.]

CARVALHO, V. A. *Estudo da viabilidade da rota Pantanal Pacífico*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia – POSGEO/ICHS/UFMT. Orientação: Prof. Dr. Luiz da Rosa Garcia Netto. Cuiabá: MT, 2006.

CARVALHO, V. A.; NORA FÉLIX, G. D.; GARCIA NETTO, L. R. A ótica do turismo sobre o processo de integração sul americana. *Revista de Turismo Matogrossense*. V. 3, N. 3, 18 a 72p. UNIRONDON. Cuiabá: Pak Treinamentos Multimídia, 2006. [cd-multimídia.]

COURLET, C. *Globalização e fronteira*. Ensaios FEE. Porto Alegre, V. 17, N. 1, p.11-22, 1996.

GARCIA NETTO, L. R. Rota Pantanal Pacífico um projeto acadêmico – uma estratégia de negócios. In: VIII Congresso Nacional de Geografia e 1º Internacional de Geografia – Carlos Nicholson Fefferson “GEOGRAFÍA, GLOBALIZACIÓN Y DESARROLLO SOSTENIBLE” – Arequipa Peru, 2007. [cd-multimídia.]

GARCIA NETTO, L. R. *Rota Pantanal Pacífico. Relatório Técnico*. Fundação de Apoio à Pesquisa de Mato Grosso – FAPEMAT/UFMT. Departamento de Geografia – Grupo de Es-

Netto, L. R. G., Guerra, A. J. T e Garcia, P. H. M.

tudos Estratégicos e de Planejamento Integrados – GEEPI e Grupo Diretrizes Geoambientais com Uso de Geotecnologias – DIGEAGEO (UFMS), Cuiabá, 2008. [cd-multimídia.]

GOLIN, T. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: Ed. L&PM. 2004.

GRIGORYEV, A. A. The theoretical fundaments of modern physical Geography. *The interaction of sciences in the study of the earth*. Moscou: s/ed, 1968.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

HEIDRICH, L. A. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais. II Seminário Nacional de Múltiplas Territorialidades. Francisco Beltrão, UNIOESTE, 2009.

JESUS, V. J. *Acervo fotográfico: expedição Pantanal Pacífico*. 2010. Disponível em <<http://viverdafotodigitalimagebank.blogspot.com.br/&https://www.facebook.com/vilsondejesus>>. Acesso: jan. 2014.

KARASSWA, N. S. *A qualidade da logística no turismo: um estudo introdutório*. (Série Turismo). São Paulo: Aleph, 2003.

MATTOS, C. M. *Brasil, geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. J. Olympio, 1975.

MODDIE, A. E. *Geografia e política*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *El turismo puede contribuir a la acción mundial sobre el cambio climático y la pobreza*. Disponível em: <www.unwto.org>. Acesso: jan. 2008.

PROCÓPIO, A. (org.) *Relações internacionais: os excluídos da Arca de Noé*. Textos: André Gunder et al. São Paulo: Hucitec, 2005.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, L. P. Zonas de fronteira internacionais na atualidade. Uma discussão. **Terra Limitanea: Atlas da Fronteira Continental do Brasil**. Rio de Janeiro: Grupo RETIS/CNPq/UFRJ, 2002.

ROSS, J. L. S. *Ecogeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental*. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

RÜCKERT, A. A. O Rio Grande do Sul como um território de internacionalização segmentada do espaço nacional. In: *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transfor-*

O Turismo como Facilitador da melhor Integração entre Brasil, Bolívia, Peru e Chile
mação. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 277-91. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/labes/publicações/artigos/aldomar>>. Acesso: jan. 2011.

SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia, conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.7- 116.

STEIMAN, R.; MACHADO, L. O. Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica. **Terra limitanea**: atlas da fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Grupo RETIS/CNPq/UFRJ, 2002.

TRICART, J. *Ecodinâmica*. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

UEDA, V. Dinâmica do território em redes: implantação e difusão do telefone no Rio Grande do Sul. In: DIAS, L.; SILVEIRA, R. L. L. (orgs.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2005. p. 157-76.

WIONCZEK, M. *A integração latino americana e a política econômica dos Estados Unidos da América*. Cristiano Monteiro (Tradução). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

Recebido em: 21/6/2014 Aceito em: 30/6/2014

¹ Na pesquisa sobre a relação franco-brasileira, e até mesmo da União Europeia com o Mercosul, ou dos níveis de integração na fronteira Norte brasileira, é fundamental a análise da base conceitual *território*, pois com o surgimento de um mundo cada vez mais organizado em redes geográficas, de integração de mercados, é fundamental demonstrarmos as alterações que ocorreram nos níveis de apropriação.

² É a linha de sondagens mais profundas na vazante. Outros conceitos de talvegue, “canal principal do rio de maior profundidade e de mais fácil e franca navegação” (tratado Brasil-Paraguai), ou “linha de nível mais baixo no leito do rio em toda a sua extensão” (Tratado Brasil-Inglaterra referente à antiga Guiana Inglesa). O limite pelo talvegue permite o condomínio das águas para a navegação e para a sua exploração dentro de limites estabelecidos nos tratados.

